

A revista *Saúde, Ética & Justiça* é um dos raros periódicos científicos nacionais que inter-relacionam temas fundamentais para a prática profissional de nossos leitores. Este número apresenta contribuições importantes tanto na área jurídica quanto na médico-administrativa, enfocando de forma inovadora temas atuais.

Começamos com um artigo sobre assédio moral no trabalho que aborda o tema de forma original e profunda. Os autores tratam do assunto sob a ótica conceitual, buscando em documentos oficiais sindicais e governamentais, o entendimento institucional sobre a matéria.

Na sequência, temos a competente discussão sobre o entendimento de médicos quanto ao abortamento frente às mudanças trazidas ao Código Penal pela Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 54. De maneira assertiva, os autores simplificam para o leitor pontos importantes trazidos pela inovação legal partindo das divergências encontradas no trabalho de campo realizado em dois hospitais paulistas.

Ainda no âmbito penal, o artigo de Leonardo Mendes Cardoso e Lorismário Ernesto Simonassi trata de assunto controverso na esfera processual: a valoração da prova testemunhal criminal. Os autores investigam a existência de subsídios jurídicos concretos para a validação da prova testemunhal a partir da análise do comportamento verbal da testemunha, tendo por base principalmente os trabalhos de Skinner.

O perfil da concessão do benefício auxílio-doença pela Previdência Social brasileira motivou dois trabalhos deste número. No primeiro, Evandro Vilela e colaboradores, tendo em vista a alta prevalência de transtornos mentais na área da saúde, procuram identificar na literatura científica os fatores de risco relacionados ao acometimento de farmacêuticos e auxiliares de farmácia por estes transtornos.

No segundo, os autores traçam o perfil de morbidade dos beneficiários do auxílio-doença em uma cidade do Rio Grande do Sul, partindo da análise quantitativa e qualitativa dos dados previdenciários frente ao tipo de vínculo do segurado. Questão especialmente importante na delimitação de subsídios técnicos para a discussão da reforma previdenciária brasileira.

Por fim, a problemática dos ajustes abusivos de planos de saúde de idosos é examinada sob o ponto de vista normativo e jurisprudencial, propiciando ao leitor um olhar abrangente e muito bem fundamentado sobre este tema.

Boa leitura!

Márcia Vieira da Motta